

# O “inverno do descontentamento” na propaganda de preparação para Segunda Guerra em Recife\*

**Karl Schurster**

Doutor em História Comparada pela UFRJ com estágio de pesquisa na Freie Universität Berlin. Professor Adjunto de Teoria da História e História do Tempo Presente da Universidade de Pernambuco.

## RESUMO

Este trabalho procura abordar a importância estratégica de Pernambuco na campanha do Atlântico através de uma análise do cotidiano da Segunda Guerra Mundial no Nordeste. O foco está na construção da propaganda estado-novista no período entre 1942-1945 e suas implicações no contexto da Segunda Grande Guerra. Entender a montagem das estruturas propagandísticas e seu funcionamento na sociedade brasileira também faz parte do nosso objetivo macro. Por tal, analisamos o conflito bélico, existente no período, não só através da lógica militar, mas a partir de uma abordagem onde os discursos e sua veiculação na imprensa ganham visibilidade social na tentativa de cooptação da população para os fins estatais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Novo, guerra, propaganda política, autoritarismo

## ABSTRACT

This work seeks to address the strategic importance of Pernambuco in the Atlantic campaign through an analysis of the everyday World War II in the Northeast. The focus is on the construction of the estadonovista Propaganda in the period 1942-1945 and its implications in the context of the Second World War. Understanding the assembly of structures and propaganda operation in Brazilian society is also part of our main objective. For this, we analyze the existing military conflict, not only by military logic, but from an approach where speeches and their dissemination in social media gain visibility in an attempt to gather population support for state purposes.

**KEYWORDS:** New state, war, propaganda politics, authoritarianism

Em sua tese de doutoramento, intitulada *Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo em Pernambuco*, o historiador José Maria Gomes de Souza Neto procurou analisar o desenvolvimento da propaganda política nos primeiros anos da intervenção de Agamenon Magalhães. Para tal, adaptou um conceito, o “veranico”, para mostrar como se chegou ao que intitulou de *Inverno de descontentamento* através da ruína dos *Sóis Gloriosos*. Em sua essência, o veranico

foi um *corpus* propagandístico ativado logo nos primeiros meses da administração Agamenon Magalhães, baseava-se em sequências contínuas de festas e eventos (elementos de grande visibilidade para o governo que se instalava) e uma prosa que exaltava a serenidade de um país harmônico em meio a um mundo em guerra: nos jornais de 1937, 1938 e até mesmo 1940 [...].<sup>1</sup>

---

\* Artigo recebido em 23 de abril de 2013 e aprovado para publicação em 3 de maio de 2013.

Já o termo *Sóis Gloriosos* compreende a construção e atuação do *veranico* no Estado Novo pernambucano. Esse período data do início da interventoria, em 1937, até seu paulatino desmoronamento em 1942, com a preparação do Brasil para a Segunda Guerra Mundial. A partir de então, tem-se início o *Inverno de Descontentamento*, podendo ser entendido como as transformações da propaganda estado-novista adequando-se ao contexto de guerra e não mais dando ênfase a lograr a alegria e o entretenimento da população pernambucana. Assim, o governo agamenonista construiu sua máquina propagandística mostrando à população recifense “a emoção do Estado Novo”<sup>2</sup> em Pernambuco.

Este artigo, cuja preocupação central é apresentar características fundamentais da propaganda de guerra para atrair os jovens e a simpatia popular, compõe-se de duas partes: uma primeira que está relacionada ao processo de desestruturação do que Souza Neto chamou de *veranico* com a preparação para a guerra; e uma segunda que procura analisar o *inverno de descontentamento*, ou seja, a propaganda política do estado pernambucano no decorrer do conflito. Buscamos aqui, de modo geral, mostrar como os jornais desenvolveram um *corpus* propagandístico dentro das circunstâncias que emolduram a política pernambucana daquela época, e quais os arranjos feitos para essa propaganda no decorrer da entrada do Brasil na guerra são nossos objetivos num primeiro momento.

## **A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA...**

A guerra não entrou na vida dos recifenses apenas pelos jornais. Era uma realidade [...] que se não lhes ensangüentava as ruas nem lhes explodia as veias, persistia como ameaça constante ao seu destino da cidade aberta ao Atlântico.<sup>3</sup>

A cidade do Recife não teve suas ruas obstruídas por combates, ou as torres de suas igrejas seculares destruídas por bombardeios, contudo, é importante que se reconheça à importância da capital pernambucana durante esse conflito.

Se não foi *Dresden*, *El Alamein* ou *Hiroshima* (sítios de relevo conhecido), tampouco permaneceu alheio ao turbilhão que se erguia a sua volta. Recife, a cidade dos mercadores aberta ao oceano, presenciou de local privilegiado um dos mais ativos *fronts* da guerra: a Batalha do Atlântico.

A Batalha do Atlântico é tida como a mais longa da história, tendo começado em 1939, com o bloqueio das Ilhas Britânicas, e terminando apenas em 1945, com a derrota do Reich alemão. Pelo menos é desde a Idade Moderna que os países europeus reconhecem o mar como fonte de poder da Grã-Bretanha, e não foram poucos aqueles que tentaram isolá-la (a República Holandesa, Napoleão, etc.). Contudo, no começo da guerra, a marinha de Hitler logrou um bloqueio dos mais eficientes: seus submarinos cortaram as ligações do Reino Unido com o Atlântico, bombardeando-o sem sequer ser notado, e uma verdadeira muralha subaquática foi armada diante das Ilhas Britânicas para sufocá-las e forçá-las ao armistício.

Além disso, os exércitos do Eixo faziam progresso na África do Norte, e em 1941, Dakar, no Senegal, foi ocupada. Diante da ofensiva submarina e da expansão do Eixo em terras africanas, ficou claro, para os Estados Unidos, que a invasão de terras americanas não era apenas um temor absurdo, mas algo que cada vez mais se aproximava da realidade. Isso já era algo corrente desde muito como nos mostra *Stetson Conn* e *Byron Fairchild*:

Rumores sobre o interesse japonês em ilhas no pacífico, situadas ao largo da costa das Américas, informações sobre reconhecimentos japoneses sob o disfarce de ‘pesca’, ao longo das costas do México e da América Central, rumores sobre o interesse alemão na Baía Samaná, na República Dominicana, informações sobre conspirações para fomentar revoluções no Brasil, no Uruguai e na Argentina foram exemplos típicos de fatos que induziram a um alarme crescente nos círculos do governo (americano) durante o ano de 1938.<sup>4</sup>

Onde se encontra o Recife nesse contexto? Numa posição estrategicamente vital para o esforço de guerra. O Nordeste brasileiro, como um todo, era de vital importância para os Estados Unidos: ainda que os americanos não estivessem (até 1942) em guerra declarada contra Alemanha e Itália:

Com elas foi encaminhado ao Congresso [...] o projeto chamado 'Lend Lease Act', uma lei que permitiu aos EUA assegurar o fornecimento de armamento e outras ajudas às democracias livres, a prazo e por um terço do valor. Aprovada, os EUA passaram a ser o 'Arsenal das Democracias'.<sup>5</sup>

A corrente de suprimentos seguia tanto diretamente para a Inglaterra como cortava o coração da África até o Oriente Médio, onde existiam possessões britânicas. Assim, desde 1939 os americanos procuram ampliar sua presença no Nordeste brasileiro. Esta situação só se ampliava diante das vitórias do Eixo no Norte da África: vindos de Dakar, os italianos – e esse era o temor americano – desembarcariam em praias nordestinas e colocariam em risco o Canal do Panamá, artéria vital que ligava as duas linhas costeiras dos Estados Unidos.

Desta feita, já em 1939 os americanos desenvolvem, secretamente, o chamado Plano de Defesa do "Hemisfério Arco-Íris"<sup>6</sup>, que considerava:

O saliente nordestino como área estratégica prioritária de defesa dos Estados Unidos (...) e a sua ocupação por forças americanas numa decorrência natural da necessidade de tornar efetiva aquela defesa. Alguns historiadores registraram até recomendação do Departamento de Guerra de emprego de força, como recurso para ocupar a região.<sup>7</sup>

À localização estratégica do Recife em relação à costa africana e ao Canal do Panamá, devemos somar sua posição de passagem das principais rotas de comércio interamericanas: como o oriente dominado pelos japoneses, a indústria americana

voltava-se para a América Latina, e essas linhas de suprimento não poderiam, em hipótese alguma, ser interrompidas.<sup>8</sup> Estávamos, então, diante de um Recife coadjuvante que poderia roubar a cena dos atores principais do conflito, se nada fosse feito em sentido contrário.

O papel da cidade nesse conflito vem sendo tratado de maneira incipiente pela bibliografia: a principal fonte para conhecermos essa história está nos livros publicados pela Biblioteca do Exército e, principalmente, pelo Instituto Histórico da Aeronáutica (de fato, das três forças a mais diretamente ligada ao Recife foi a Força Aérea, já que era em tal estado que ficava o comando aéreo brasileiro). Contudo, a abordagem dos autores resume-se à listas de batalhas, descrição de aviões e algumas memórias dispersas, sem uma análise mais profunda a respeito do assunto. Estes autores são importantes para conhecermos os dados em suas minúcias, mas não vão muito além da superficialidade dos fatos.

Zélia Gominho, em seu livro *Veneza Americana x Mocambópolis*, comenta alguns aspectos da repercussão do conflito entre os recifenses. Por outro lado, a dissertação da professora Leda Rivas (*O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito visto por um Jornal de Província*) é rica em possibilidades para aqueles que desejam vasculhar com afinco o dia a dia do recifense durante a II Guerra. A autora trabalha com o informativo pernambucano, e é em cima dele onde constrói seu texto. Contudo, como salientaremos mais adiante, muito do que aparecia nos jornais do período fazia parte da política nacional getulista de convencimento das massas a fim de propiciar um clima de homogeneidade evitando as contradições sociais existentes. Por exemplo, o Diário de Pernambuco afirmou que "a confraternização entre militares norte-americanos e brasileiros era costumeira."<sup>9</sup> Na realidade, as relações entre as forças armadas das duas nações eram marcadas muito mais pela tensão que propriamente pela comunhão: os "Arquivos da Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos"<sup>10</sup> revelam que os choques eram bastante comuns e diversas vezes ocorreram incidentes diplomáticos, sendo o

mais sério deles quando um grupo de soldados americanos desrespeitou símbolos nacionais brasileiros (o hino e a bandeira) e ainda não obedeceu ao oficial brasileiro que o repreendeu. Enviada carta ao Secretário de Estado norte-americano, este enviou suas diplomáticas escusas.<sup>11</sup>

Logo no início do conflito, os americanos exigiram do governo brasileiro algumas áreas para instalação de suas forças. No Acordo de Cooperação Brasil–Estados Unidos (de 23 de maio de 1942), essa cessão fica bem clara:

“Artigo VI – O governo brasileiro facultará ao governo norte-americano a construção de depósitos e instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que carecer, em território nacional, para o aproveitamento e auxílio de suas forças militares.”<sup>12</sup>

Isso foi posto em prática durante a preparação e a entrada do Brasil no conflito mundial. A Unites States Atlantic Fleet, de Nova York, enviou documento, constando ser secreto e confidencial, ao Interventor Agamenon Magalhães sobre a construção de uma base médica, hospital, para auxiliar na estrutura dos norte-americanos no Recife e que depois de pronta seria mais um legado do acordo de cooperação Brasil–Estados Unidos:

Excelência, a condição de congestionamento de pessoal acrescida de grandes atrasos na construção de serviços hospitalares e alojamentos para oficiais e praças nos obrigou a um exame completo nos edifícios disponíveis nessa área para ocupação militar. No exame realizado chegou-se a conclusão que o local mais apropriado para nesses fins é o edifício em construção em Tejiipió. Conquanto tenha inteira compreensão das necessidades desse hospital para o povo pernambucano também posso informar que o edifício não ficará pronto para entrar em funcionamento antes de principio de meados de 1944. Acreditamos que sem os nossos esforços para

aumentar a prioridade do material e sem o emprego de uma verba extraordinária junto aos construtores não poderemos conseguir um adiantamento na prontificação do referido edifício. Solicito, portanto, de V. Excia, a necessária autorização para a ocupação do edifício pelas forças navais dos Estados Unidos logo que conseguirmos terminá-lo. Essa ocupação será livre de aluguel até 31 de dezembro de 1944, quando as forças navais dos Estados Unidos concordam em evacuar o edifício e benfeitorias, deixando-o nas melhores condições possíveis para o fim que se destina. Nesse caso, as forças do Atlântico Sul concordam no seguinte: a) deixar o edifício e terrenos em condições materiais excelentes; b) dotar o edifício de suprimentos adequados e eficiente de água; c) não fazer mudanças na atual estrutura ou no projeto do edifício; d) cercar o terreno, embelezar e ajardinar; e) (...) o necessário para apressar a prontificação do edifício sem ônus extra para o governo brasileiro; f) quando as forças armadas dos Estados Unidos evacuarem o edifício todos os melhoramentos ali introduzidos pelas referidas forças serão deixadas ao governo Brasileiro, sem obrigações de qualquer espécie.<sup>13</sup>

Percebemos com isso que a americanização do Recife foi parte extensiva da política de boa vizinhança iniciada anos atrás como um projeto do governo *F. D. Roosevelt*. Podemos caracterizar a política de boa vizinhança “pela maior colaboração econômica e militar e negociação diplomática, como estratégia de impedir a influência europeia, manter a estabilidade nas Américas e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério.”<sup>14</sup>

Contudo, o que não estava no acordo (e que os Arquivos da Comissão Mista relatam) é que os americanos passaram a exigir, nessas suas bases em território brasileiro, extraterritorialidade, ou seja, transformar as bases americanas instaladas no Brasil em solo americano, o que implica estar tutela-

do pelo Estado Maior Norte-Americano. Os mesmos arquivos mostram o duelo entre o comandante da Força Aérea brasileira – na figura do Brigadeiro Eduardo Gomes (que se encontrava no Recife) – contra os comandantes americanos – numa disputa para anular essa ordem. Assim, percebemos que ainda há muito a ser descoberto sobre a relação americano-brasileira no Recife dos anos 40, e que a cordialidade não era, de forma alguma, traço absoluto e inegável dessas relações.

Temos ainda mais informações sobre essa presença: são bastante conhecidas as dificuldades pelas quais passaram os recifenses durante o conflito:

O bacalhau, desdenhado como comida de pobre se refinava pelo preço de 50\$00, ovo a dez tostões, carne verde a sete cruzeiros, além da escassez. Filas no açougue (...) com o racionamento do combustível, as mercearias estavam autorizadas a vender uma garrafa de querosene por freguês.<sup>15</sup>

Os americanos aqui sediados, ao contrário, não precisavam se preocupar com carstia ou desabastecimento: exibiam a sua pujança econômica esbanjando exatamente aqueles bens que faziam falta à população local: o governo do Estado, por exemplo, a despeito do racionamento de combustível, enviou telegrama a todas as repartições policiais informando que os jipes americanos poderiam circular livremente, já que utilizavam gasolina importada.<sup>16</sup> Se os gêneros alimentícios estavam com preços tão proibitivos, eram em parte por que seguindo as diretrizes da Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios produzia-se para alimentar os soldados “gringos”, enquanto os nativos ficavam com o resto. Esses “gringos” modificaram a paisagem recifense durante sua estada:

As ruas estão cheias de soldados, de marinheiros, (...) de ingleses, de americanos, de hindus, de filipinos. Uma população nova, uma paisagem diversa. As ruas estão de veículos estranhos, de

‘jeeps’, wagons exóticos. Nos arabaldes andam carros de assalto cheios de ruído e força.<sup>17</sup>

Mais ainda, o Recife era uma das portas de entrada da guerra no Brasil: caso o conflito se estendesse para terras americanas seria pelo Nordeste, pois a importância marítima já referida associada aos contextos econômicos e políticos da época fazia acreditar que a guerra ao atravessar o Atlântico começaria por essa região<sup>18</sup>. Assim, foram tomadas providências para preparar a cidade no caso de uma possível invasão ou bombardeio. Hoje sabemos, através de documentos encontrados no *bunker*<sup>19</sup> semidestruído de Adolf Hitler, que tal ação não estava nos planos mais imediatos do Eixo, mas naquela época tal informação não estava disponível, e fomentou-se na população o medo que pode ser percebido através das memórias de uma guerra por vir, conforme mostraremos adiante.

O Estado começou a estimular na população recifense um clima de eminência de guerra, gerando na sociedade um novo cotidiano, desenvolvendo uma espécie de “defesa pacífica”, conforme se pode ver na ilustração de *Alerta* adiante. Estes dados apresentam como a sociedade foi levada a se preparar para a guerra através do mecanismo propagandístico, no qual o Estado é apresentado com uma imagem preventiva e protecionista do seu povo. Grupos eram treinados no Rio de Janeiro, como vemos neste telegrama de 12 de dezembro de 1942:

Terá início, próximo dia 26 de outubro no Distrito Federal e na Capital todos os Estados, o curso de defesa passiva para inspetores e professores de estabelecimentos ensino superior, secundário, comercial e industrial. Cada curso será organizado, dirigido e ministrado, por pessoas competentes, designadas pelo Ministro da Educação, mediante indicação diretoria nacional ou competente diretoria regional Serviço Defesa Passiva Anti-Aérea.<sup>20</sup>

No mesmo ano de 1942 foram abertos cursos de cirurgia de guerra, de enfermeiras de emergência e de bombeiros de guer-

ra em Pernambuco alertando o povo para a necessidade de se preparar para o Estado de Beligerância. Como exemplo, temos uma imagem da aula inaugural do curso de bombeiros de guerra em 1943.

A preparação para a guerra se evidenciou com cursos como o de bombeiro de guerra. Podemos notar o processo de preparação de guerra na sua forma institucional, onde se formam bombeiros de guerra que possivelmente enfrentariam armas químicas. A preparação dos participantes diretos da guerra neste campo se fazia necessária, uma vez que se concebia a possibilidade de um ataque desta natureza.

Outro exemplo pode ser encontrado nas manchetes da *Folha da Manhã* no dia posterior ao da formatura de uma turma de Cirurgia de Guerra. O que vemos foi o Estado fazer uma propaganda de caráter apoteótico trazendo à participação popular uma formatura que em tempos comuns não passaria de uma festa privada a familiares e amigos. A percepção passa a ser uma ode de espírito cívico onde o povo se sentira preparado para enfrentar um Estado de beligerância. A formatura de uma turma, que teria caráter particular, se transforma num evento público para mostrar o que o Estado estava fazendo em prol da segurança da nação. A propaganda desencadeada produziu seus frutos porque centenas de mulheres inscreveram-se nos cursos de cirurgia e enfermeira de guerra, e após frequentá-los, elas se transformaram em voluntárias da Legião Brasileira de Assistência, criada por Darcy Vargas em 1942, depois que o Brasil declarara guerra ao Eixo. Assim, surgem as voluntárias da defesa passiva antiaérea.<sup>21</sup>

Essas estruturas corroboram e auxiliam a construção de defesa da cidade do Recife, saindo de um Estado onde a propaganda se voltava ao entretenimento para abarcar a guerra e sua preparação. Quando compreendemos a defesa da cidade do Recife identificamos a utilização de um documento, de circulação nacional, chamado *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Antiaérea*, de circulação nacional e utilizado em larga escala pela imprensa pernambucana.

## ALERTA!

No ano de 1942 se acentua a elaboração da defesa, com a publicação da cartilha “Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Antiaérea”, organizada pelo Coronel Oromzimbo Martins Pereira – Diretor do Serviço de Defesa Passiva<sup>22</sup>. Com fulcro patriótico, Pereira dedica a cartilha ao seu “idolatrado Brasil”, como um serviço em prol da nação. Este documento se diz com a finalidade de

não apenas de prever e organizar a proteção anti-aérea coletiva, mas, paralelamente – instruir convenientemente a população afim de que ela possa – não só enfrentá-los com o moral sempre elevado, como também – cooperando com as autoridades – reduzir ao mínimo seus danosos efeitos caso eles venham a ser desencadeado.<sup>23</sup>

*Alerta!* era um guia no Brasil para estruturar a nação num possível ataque das forças do Eixo. O documento está dividido em quatro partes que estruturam o *modus operandis* da defesa civil e militar brasileira. Na primeira parte, o autor apresenta as possibilidades de ataque à nação brasileira, *a priori* por conta da posição geográfica onde o ataque poderia vir por *leste* ou *oeste*, ou seja, pelo Oceano Atlântico, ou pelos países vizinhos da costa do Oceano Pacífico. Constrói as possibilidades de concretização dos ataques aéreos, por meio de ações agressivas internas, de ataques navais e através das ações ocorrendo simultaneamente.

Para proteger a população civil e os órgãos administrativos, Pereira argumenta sobre a necessidade de criação da Defesa Antiaérea que, por sua vez, dividir-se-á em: Defesa Ativa Antiaérea e Defesa Passiva Antiaérea. O papel da Defesa Ativa consiste em mostrar os métodos de defesa contra ataques aéreos a partir de postos de vigilância, armas antiaéreas, caças etc. Como o Brasil não dispunha de recursos suficientes, a Defesa Ativa ficará restrita aos centros urbanos e indústrias mais importantes.

Percebe-se uma preparação voltada para o litoral, pois o governo federal concentra suas bases nessa região, enquanto que os

demais baseamentos estão distribuídos entre a iniciativa particular e o governo, fazendo com que o Estado fique mais presente no litoral, pois os recursos não eram suficientes para abarcar todo o Estado, tornando assim necessária à divisão da defesa com particulares, presentes predominantemente no interior.

Já a Defesa Passiva Antiaérea se dividia em militar e civil. A de caráter militar tinha como objetivo o emprego de balões e de nuvens artificiais para a defesa aérea. Estes balões ficariam amarrados a pedras em solo e seriam inflados com gás hélio, tendo por função seu desprendimento durante possíveis ataques no intuito de impedir ou dificultar a visão do piloto.

A Defesa Civil tinha como preocupação estabelecer um

conjunto de medidas de caráter defensivo antecipadamente previstas e organizadas, destinadas seja a salvaguardar o moral e a vida da população civil, seja a limitar ao mínimo os efeitos materiais causados pelos ataques aéreos, seja ainda – e evitar a desorganização da vida normal do país.<sup>24</sup>

Logo em seguida explicita as medidas que cabem, em momento de guerra aos órgãos governamentais e aos cidadãos. Ao governo cabe a instalação de aparelhos de sinalização para alertar a população dos ataques, organizar o *black-out*, construir abrigos coletivos, instruir a população civil, prever a estocagem de mascarões contra gases, organizar e realizar exercícios completos de alerta e organizar e acionar serviços auxiliares: de socorro médico, extinção de incêndios, socorro técnico, serviço de desinfecção e vigilância interna das cidades. À população civil cabe obedecer irrestritamente as ordens das autoridades; comportar-se em todas as circunstâncias com calma; conformar-se sem discussão com as instruções dadas pelos agentes do governo e prever e executar as medidas ensinadas.

A terceira parte se remete a proteção coletiva, mostrando as diferentes formas da Defesa Passiva Antiaérea coletiva – abrigo antiaéreo, abrigos superficiais de emer-

gência, abrigo hermético, abrigo filtrante, normas para construção dos abrigos –, a evacuação da população civil e a revelação dos agressivos químicos. Na quarta e última parte, trata das organizações dos socorros – socorros contra incêndios, perigo aerotóxico e o perigo explosivo. O documento produz uma imagem do Brasil como um país pacífico<sup>25</sup>, donde viria a conclusão de que não haveria motivos de um ataque. Com o rompimento das relações com o Eixo, no entanto, essa imagem se desconstrói num clima de apreensão:

O Brasil sempre nutriu os mais sinceros anelos de paz e colaboração para com todas as demais nações. Jamais o Brasil levou agressão ao território dos países vizinhos; sempre preferiu solucionar seus litígios por meio dos pacíficos processos de arbitragem; sempre cultivou e desejou a paz com as demais nações; por isso mesmo, teve razões para temer a agressão.<sup>26</sup>

Essas afirmações do Cel. Orozimbo Pereira corroboram com o discurso do interventor Agamenon Magalhães, que fala em um artigo intitulado *Perigo* publicado no jornal Folha da Manhã quando este comenta: “O perigo ameaça até nós, povos da América, nós que somos jovens, românticos pacifistas, sem questões de raça, nem de religião, sem imperialismos, nem ambições”<sup>27</sup>. Esse discurso é utilizado para manter a ideia de que o Estado Novo pacificou o país unindo as diferenças. Essa contínua propaganda tem como foco apagar as contradições existentes na nação. Percebe-se uma consonância no discurso estatal, notam-se duas falas distintas, mas com temáticas semelhantes e conteúdos uniformes. Apreende-se uma prática discursiva comum, numa época em comum e ideais comuns. É a construção do interdiscurso que tem como uma de suas apropriações a representação ou o resgate do *dizer do outro* no *dizer do eu*. Segundo Eni Orlandi, o

interdiscurso é a relação de um discurso com outros discursos. No sentido de que esta rela-

ção não se dá a partir de discursos empiricamente particularizados a priori. São elas próprias, as relações entre discursos, que dão a particularidade que constitui todo o discurso. E neste sentido o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido, deste modo o enunciável (o dizível) é um já-dito e, como tal, é exterior à língua e ao sujeito. Ele se apresenta como séries de formulações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória.<sup>28</sup>

Enquanto definidora do conceito de *interdiscurso*, a palavra relação tem um sentido específico que nesse caso vem a ser a aproximação com o ideal construído pelo Estado Novo para apresentar um país sem contradições. Percebemos nesse período uma polifonia entre o discurso das instituições que permeiam a máquina estatal. Neste sentido o interdiscurso torna-se fundamental para a formação da concepção de sentido.

Dentro do processo de prática da defesa passiva em Pernambuco localizamos o *blackout*, ou seja, aquilo que os jornais também chamavam de *escurecimento*, conforme se lê no trecho a seguir:

O “black-out” consiste no escurecimento das cidades, das povoações e das residências particulares, originado – seja pela extinção de todas as luzes, seja pelas medidas tomadas previamente para velar a iluminação, de modo que as cidades, povoações, etc., não possam ser distinguidas pelos bombardeadores inimigos.<sup>29</sup>

O apagão da cidade entrará para a memória de vários cidadãos pernambucanos de forma tão marcante que alguns lembrarão da guerra por ele. Ex-colunista da *Folha da Manhã*, do *Jornal Pequeno* e do *Jornal do Comércio*, Haroldo Praça nos conta sobre o que representava a guerra vivenciada: “Vou dizer só uma coisa a você: Blackout! Você não via o Recife com essas luzes todas. Não tinha nenhuma. Blackout! Racionamento e censura de tudo!”<sup>30</sup>

O Blackout lembrado por Haroldo Praça fazia parte do exercício de Defesa Passiva Antiaérea realizado pela primeira vez no dia 16 de março de 1942, e saudado na edição do dia seguinte da *Folha da Manhã* como um “grande sucesso”, pois a população começa a demonstrar desejo de participar do primeiro exercício de defesa da pátria.<sup>31</sup> Esta matéria do Jornal *Folha da Manhã* mostra o discurso de cooptação, sedução da população para apoiar projetos do governo, pois, um evento que seria de caráter estatal transforma-se num espetáculo regularmente noticiado no jornal para dar ênfase às providências tomadas pelo governo na defesa do Recife. A cooptação e a sedução encontram-se na construção do evento como sucesso. Se o exercício deu certo foi graças à organização do Estado e da população que fez sua parte para auxiliar a pátria. A própria notícia transforma-se em estímulo para angariar o apoio popular para os próximos exercícios de defesa.

Toda essa estrutura encontra-se presente também no *Alerta!* mostrando como uma cidade deve se preparar para um conflito bélico. Esse documento é um compêndio de estruturas de defesas de diversos países como Suíça, Estados Unidos, Rússia, Itália, França, Inglaterra, Alemanha entre outros.<sup>32</sup>

No Arquivo Público Jordão Emerenciano, além de farta documentação interna do governo, que nos permite visualizar as ações de preparação da sociedade ainda no seu nascedouro, há também uma outra fonte para compreendermos esse momento de funcionalidade do “Serviço de Defesa Passiva Antiaérea.”<sup>33</sup> Este fundo é composto de muito material de propaganda, relatórios e princípios básicos da defesa social recifense. Na Cartilha, cartazes e outros informes, podemos ler como a população deveria agir em caso de ataque aéreo. Entre as ações recomendadas localizamos como a população deveria deixar as vias públicas livres; cuidados com determinados tipos de veículo (automóvel, bicicleta, carroça, montaria); como seu condutor deve agir; dirigir-se para os prédios em volta (o que parece um contrassenso: em caso de ataque, normalmente as pessoas deixam os prédios e se-

guem para abrigos antiaéreos). Como estes últimos não existiam no Recife, o governo instrui algo que se torna sem sentido para a população, mas que dentro do seu projeto político propagandeado na voz do jornal *Folha da Manhã*, funciona como a construção de uma imagem de guerra. Essas ideias constituem a guerra por serem a preparação, pois a guerra toca a população mais intimamente naquilo que é armado para que ela aconteça. Percebemos nesta fala governamental sobre os abrigos antiaéreos a utilização funcional do que o teórico Guy Durandin intitulou de mentira na propaganda política. Nos alerta que a mentira consiste em dar a nossos interlocutores uma visão da realidade diferente da que se tem por certa e verdadeira. A partir desta afirmação, a relação entre objetividade e realidade é distorcida com elementos emotivos manipuláveis em função de interesses de poder que, em última instância, converte a quem utiliza tal mentira, enquanto trama política em indivíduos corruptos sem nenhum tipo de convicção ética nem valor humano. Em efeito, o papel da propaganda se fundamenta na ação de lograr influência nos grupos que se focam e se dirigem às mensagens<sup>34</sup>. A ideia era transmitir a população à preocupação do Estado com a segurança nacional e a agilidade do mesmo em garantir e reafirmar a soberania nacional.

Estas orientações servem para ressaltar as dificuldades da organização defensiva recifense diante de provável invasão ou ataque. Através delas podemos intuir que mesmo os padrões de segurança mais básicos eram desconhecidos ou mal interpretados pelo governo e seus assistentes de preparação para a guerra. Essas deficiências ficam ainda mais claras quando consideramos as instalações militares que circundavam a cidade. Em primeiro lugar, o próprio treinamento militar dado aos soldados não os preparava para o conflito.

Essa nossa percepção vem de relatos dos veteranos da 2ª Guerra, donde distinguimos dois grupos: os expedicionários, que foram lutar na Itália, e os ex-combatentes, que permaneceram no Brasil defendendo a retaguarda. Conversando com ex-combatentes, percebemos a total falta de estrutura para

enfrentar uma guerra na Europa; eles não sabiam o que poderiam enfrentar. Por outro lado, os que ficavam guardando as costas, mesmo dedicados, não poderiam barrar uma invasão alemã ou italiana.

Quando nos deparamos com a máquina de guerra dos alemães ou americanos, percebemos que nossos recursos escassos não seriam suficientes para barrar uma possível invasão. Os jovens estavam imbuídos do desejo de guerra, em face da propaganda estadonovista, e, não tinham, em sua maioria, dimensão do que o conflito representava. De que serviria, então, uma alocação de forças, de acordo com o nosso levantamento, para vigiar a costa contra submarinos? Há relatos antes do rompimento de relações do Brasil com as potências do Eixo, que submarinos alemães paravam nas costas brasileiras para abastecer-se de frutas, e isto tinha de ser evitado a todo custo. Para verificarmos a procedência destas falas<sup>35</sup>, devemos recorrer aos arquivos do Serviço de Documentação da Marinha no Rio de Janeiro: todos os arquivos navais da época da guerra seguiram para esta instituição. Nos "boletins reservados", de circulação restrita aos oficiais comandantes, hoje acessível para este nosso trabalho, é-nos possível construir algum conhecimento da veracidade ou não destes rumores. Pelos documentos, intuímos que o medo dos submarinos foi uma constante durante toda a guerra, especialmente em função da localização do Recife, cidade litorânea:

Até 1941 as operações dos submarinos do Eixo concentram-se nos mares da Europa e na costa africana do Atlântico Sul. (...) A 12.12.1941 ficou decidida à ampliação dos ataques à marinha mercante para as costas do continente americano. O problema do Eixo era agora estrangular a própria fonte de suprimentos de todos os inimigos: o chamado arsenal das democracias, os Estados Unidos.<sup>36</sup>

Um dos elementos mais característicos dessa época, o já falado Blackout, não possuía apenas função contra os ataques aéreos, já que à noite um alvo iluminado é sem-

pre um alvo mais vulnerável, e os navios e a cidade tinham de ser protegidos das vistas inimigas. Em relação ao medo dos submarinos podemos sintetizá-lo por uma constatação: a guerra começou, pelo menos para os recifenses, depois dos afundamentos de navios brasileiros. Note-se que a deflagração do conflito, há muito esperada, não foi espetacularmente noticiada nos jornais. Contudo, quando os alemães tomaram Paris, o choque foi maior, e perceberam que aquele conflito era diferente (pode-se tentar explicar este fato pela condição de cidade símbolo de que a capital francesa desfrutava no mundo ocidental como também pelo número elevado de *francófilos* que existiam nas redações dos grandes jornais).

Mesmo assim, apesar do impacto inicial, a guerra parecia algo distante para a população até que os submarinos do Eixo, tentando sufocar a indústria americana, passaram a alvejar navios que comercializassem com os Estados Unidos. Assim, em questão de meses, diversos navios brasileiros foram postos a pique: *Cabedelo* (14/2/42); *Buarque* (16/2/42); *Olinda* (18/2/42); *Arabutam* (07/3/42); *Cairu* (008/3/42); *Parnaíba* (01/5/42).

Em 10 de março de 1942 um navio brasileiro foi “torpedeado”, o *Arabutam*, com cinquenta tripulantes. Este navio levava um carregamento de algodão para os Estados Unidos e traria para o Brasil carvão que estava destinado à Central do Brasil.

Mais um navio brasileiro foi torpedeado. Foi torpedeado, sem aviso prévio, num cruel desprezo pela vida dos nossos tripulantes. Que trazia êsse barco da América do Norte para o Brasil? Não trazia material de guerra, não trazia “tanks”, nem aviões. Trazia carvão para as nossas locomotivas.<sup>37</sup>

Para o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, o que se procura com esse ato de “pura arrogância e de pirataria” era perturbar o nosso “labor pacífico”. No dia 28 de julho de 1942 o navio *Tamandaré* teria o mesmo fim de tantos outros. Foi torpedeado e afundou em torno de 40 minutos. Não deu nem para pedir socorro. Este navio conduzia nessa viagem grandes carrega-

mentos de tecidos, produtos farmacêuticos, café, minerais e paina. O Departamento de Imprensa e Propaganda soltou uma nota sobre o acontecido:

Todos os vespertinos publicam a nota do DIP, sobre o torpedeamento do navio brasileiro “Tamandaré”. Os jornais verberam, com palavras de revolta e indignação, mais esse atentado existia, condenando os processos de guerra empregados pela trilogia maldita que ensangüenta o mundo.<sup>38</sup>

Outro navio brasileiro que naufragou no Atlântico foi o *Buarque*, que sofreu ataque nos mares venezuelanos. A notícia do afundamento do *Buarque* foi transmitida à população brasileira através de nota do DIP nos jornais e através do rádio, que interromperam seus programas para transmitir o ocorrido. Não fora a primeira vez que o *Buarque* tivera problemas em suas viagens. Segundo o *Diário de Pernambuco*, em 1941, o navio foi interceptado por navios de guerra ingleses, em frente à costa da Venezuela, e retido por vários dias. Alegavam as autoridades britânicas encarregadas do controle do bloqueio que o *Buarque* transportava grande quantidade de tecidos destinada a uma firma alemã daquela nação, incluída na lista negra dos ingleses. Portanto, essa carga era considerada contrabando de guerra. Naturalmente as posições se inverteram. Com a aproximação do Brasil às potências aliadas, agora os países do Eixo consideravam a carga transportada pelo *Buarque* para os Estados Unidos um “contrabando de guerra”<sup>39</sup>. Estes fatos levaram o Brasil a romper relações com o Eixo.

Até então, Getúlio agia segundo o conhecido “Movimento Pendular”, acenando ora para os Estados Unidos, ora para os alemães. Mesmo dentro do governo existiam preferências diferentes, fato reconhecido mesmo pelos líderes nazistas. Joseph Goebbels anotou em seu diário no dia 26 de março de 1942:

O Ministro do Exterior apresentou-me um sumário da situação no Brasil. Travou-se seria luta entre o presidente Vargas, que está muito

inclinado para o nosso lado, e o Ministro do Exterior Aranha, que é um tipo comprado por Roosevelt (...).<sup>40</sup>

Existiam, sim, fortes laços econômicos com o Eixo, mas “sem se desprender (com a defensiva prudência do seu instinto de duração) da solidariedade americana.”<sup>41</sup> Os torpedeamentos, contudo, conseguiram o que anos de pressão norte-americana não foram capazes: o Brasil rompeu suas relações com Itália, Alemanha e Japão.

De grande impacto, contudo, foram os afundamentos em águas brasileiras de navios de cabotagem: o Norte e o Nordeste brasileiros dependiam fundamentalmente dos seus portos, já que as comunicações internas eram quase inexistentes. Quando os navios brasileiros começaram a ser torpedeados, o moral da população mudou. O que era um conflito em continentes distantes transformou-se em algo palpável, com corpos chegando à praia. Baependi, Araraquara Aníbal, Benévolo, Itagiba, Arara e Jacira passaram a ser nomes guardados na memória, dada a indignação daqueles que viviam naquela época. Navios de civis afundados muitas vezes sem chance de salvar seus passageiros.

A capa da *Folha da Manhã* do dia 31 de julho de 1942 vem com sua manchete relatando o incidente com títulos em grande destaque: “*Torpedeado e afundado o Tamandaré. Quatro mortos e três feridos salvos quarenta e oito tripulantes*”.<sup>42</sup> Essas propagandas de torpedeamentos são importantes para mostrar como o governo agia em conformidade a outros países da Europa antes da Segunda Guerra Mundial. A propaganda auxiliou a aguçar essa tensão chegando a um nível tão insustentável que a própria população exigiu a guerra.<sup>43</sup> Em Pernambuco, a *Folha da Manhã* passou a relatar, depois dos incidentes com os navios, a inquietação popular pedindo que o governo tomasse providências: “*Novas demonstrações de protesto contra o afundamento dos navios nacionais*”.<sup>44</sup>

Várias manifestações ocorreram em frente ao palácio do governo de Agamenon Magalhães pedindo que o Brasil declarasse guerra ao Eixo. Com as relações diplomáti-

cas rompidas desde janeiro de 42, não era nenhuma surpresa para o comando das forças armadas de que os incidentes viessem a ocorrer. Mesmo depois de o Brasil ter declarado Estado de Beligerância contra as potências do Eixo. Essa manifestação, encabeçada por uma maioria de jovens estudantes, se enquadra nas especificações do teórico Elias Canetti em seu clássico livro *Massa e Poder*: “A massa não se contenta mais com condições e promessas pias; deseja vivenciar ela própria a grandiosa sensação de sua força e paixões animais, valendo-se continuamente para tanto de tudo quanto se lhe oferece em termos de oportunidades e demandas sociais”<sup>45</sup>. O afundamento dos navios brasileiros na costa foi um dispositivo que funcionou como uma “descarga”<sup>46</sup>, desvencilhando o povo de suas diferenças para unificá-lo em prol de um ideal maior. Segundo Maria Helena Capelato “os sentimentos, fenômenos de longa duração, são manipulados de forma intensa pelas técnicas de propaganda com o objetivo de produzir forte emoção”.<sup>47</sup>

Uma interpretação interessante, para nossos objetivos neste artigo, é a de Moreira da Silva que, através do samba *Diplomata* (1944), revela a pressão que se começa a fazer sobre o governo para que o Brasil tome uma posição diante dos acontecimentos, deixando sua posição de “Defesa Passiva”, uma vez que o povo visualizava na imagem do governo varguista a figura de um “homem de fibra”:

(...) *Nasci no Rio de Janeiro sou reservista, sou brasileiro.*

*Minha bandeira foi desrespeitada, foi humilhada e ultrajada*

*Independência ou Morte, é o brado da majestade*

*Brasileiros do sul, do centro e do norte, soldados da liberdade,*

*Unidos seremos fortes, para lutar e vencer, o Brasil espera que cada um saiba cumprir o seu dever.*

*Felizmente nessas horas tristes, dolorosas e bem amargas*

*Temos um homem de fibra que é o presidente Vargas*

*Debaixo de suas ordens, quero empunhar um fuzil*

*Para lutar, vencer ou morrer pela honra do meu Brasil.*<sup>48</sup>

Este samba, mesmo sendo escrito em 1944, demonstra uma produção de sentido da propaganda do Estado Novo, de pátria, de nacionalismo, onde todos deveriam estar aptos a se sacrificar em benefício da nação. Tem-se a noção que a nação brasileira foi construída em ordem sendo essa ideia um dos lemas do estado-novismo. Demonstra-se que o Estado está fazendo sua parte e incute o dever da contrapartida do cidadão, que pelo presidente e pelo Brasil deveria se doar à nação em prol de defender-se.

Em artigo intitulado “A Definição Brasileira”, Agamenon Magalhães apresenta a fala do presidente Getúlio Vargas sobre a posição do Brasil no conflito. Diz que nossa obrigação é com a defesa do continente e qualquer que seja a nação sob ameaça contará com a solidariedade brasileira. “A solidariedade americana não é mais um artigo de perfumaria. É uma decisão histórica com a sua grandeza e os seus riscos. Eminentemente e contra os quais devemos estar prevenidos”<sup>49</sup>.

Na Conferência dos Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro, constam as medidas de preservação da soberania e integridade territorial das Repúblicas americanas e medidas referentes ao revigoramento da solidariedade econômica entre os países. Esse plano enquadra-se na definição, da internacionalista Letícia Pinheiro, de política externa, que pode ser entendida

(...) como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e idéias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder.<sup>50</sup>

A autora nos remete à noção de que a política externa brasileira no século XX

caracteriza-se pela busca da autonomia, mesmo que durante algumas vezes fosse necessário o alinhamento com determinada potência mundial.

No que diz respeito à proteção do Hemisfério Ocidental, cada um dos países deve tomar as medidas cabíveis para evitar atividades de estrangeiros que contribuam para por em risco a paz e a soberania nacional. No que tange a solidariedade econômica acentua-se as seguintes questões: 1) uma fiscalização da exportação, para que em cada país não falte materiais “básicos e estratégicos”; 2) entendimento entre os chefes de Estado para cooperação no aumento de materiais estratégicos; 3) fornecimento de importação essencial à manutenção das economias domésticas; 4) melhoria dos transportes marítimos e fiscalização das atividades econômicas e comerciais de estrangeiros considerados prejudiciais ao bem-estar das nações aliadas. Para a realização da Conferência dos Chanceleres, o Palácio do Itamarati foi todo reformado e adaptado às exigências internacionais. Os jornalistas estrangeiros tiveram à sua disposição mesas, telefones e cabines. A repartição dos telégrafos instalou uma estação especial no local para que o serviço chegasse diretamente em outros países. Ainda foi criado no Palácio um luxuoso restaurante para as delegações. A Conferência foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1942 pelo Presidente Vargas. Foi intitulada, pelos principais jornais em circulação de Pernambuco, como “o maior acontecimento sul-americano dos últimos tempos”<sup>51</sup>. O jornal *Folha da Manhã* diz que “no seio da imprensa local a Conferência tem sido comentada de várias maneiras, ao sabor das tendências dos jornais e jornalistas”. Segundo o mesmo periódico duas notícias são constantes entre todos os jornalistas que cobrem o evento: “A primeira é que a união continental sairá da Conferência ainda mais cimentada e forte. A segunda, que todos os países americanos apoiarão as medidas mais drásticas possíveis para combate ao quintacolonismo”<sup>52</sup>.

Em Washington a notícia de que o presidente Getúlio Vargas decretou o rompimento com o Eixo, segundo a *Folha da Manhã*, causou muita satisfação. Nos Estados Uni-

dos, diz o jornal, comenta-se que a “atitude do Brasil constitui uma séria derrota para o Eixo, pois pela sua situação estratégica e pelo seu grande potencial, o Brasil está destinado a representar importantíssimo papel na defesa do hemisfério”<sup>53</sup>.

O Recife e Natal apresentam, pela sua situação geográfica, pontos estratégicos na Defesa do Brasil, se porventura formos atacados por qualquer invasor – declarou o general Leitão de Carvalho.

Por isso, êsses dois pontos do Brasil têm merecido por parte do governo da República, através dos órgãos militares, a maior atenção e cuidado, quanto ao estabelecimento dos meios de defesa. O Brasil pode ser atacado e devemos estar preparados para quaisquer eventualidades. O instante é sumamente grave. O perigo nos ameaça e devemos estar prevenidos para enfrentá-lo<sup>54</sup>.

Para Agamenon Magalhães uma das consequências trazidas pela guerra foi a aproximação entre brasileiros e americanos, mesmo os quintacolunas tentando acabar com os esforços de união entre as duas nações. “O resultado é o que está aí. O marinheiro ou o soldado americano é hoje como se fosse qualquer do nosso povo, identificado com os nossos costumes e o nosso patriotismo”<sup>55</sup>.

No limiar da conferência do Rio de Janeiro, representantes dos governos de vinte e uma repúblicas, havendo de observar que não apenas os Estados Unidos, mas todos os países do continente que revivem tendências e aspirações seculares no espaço fugido de algumas horas. Há uma inteligência tutelar que sobre paira uma região. É a de Simão Bolívar. O representante dos Estados Unidos, o eminente Sr. Summer Wells, não lhe citou o nome, ontem, na audiência concedida a alguns jornalistas brasileiros. Mas repetiu-lhe literalmente o pensamento e quase as palavras referentes à unidade moral e política da América. Este

é o privilégio dos gênios. Eles vêm com o rigor das coisas presentes verdades que se afirmaram com tais daqui a muitos decênios<sup>56</sup>.

Algumas colônias estrangeiras também representaram seu apoio ao Brasil no momento do rompimento das relações com Roma, Berlim e Tóquio. Um exemplo disso são os líderes das colônias portuguesas no Brasil que publicaram em nota no *Diário da Noite* convidando seus compatriotas a se manterem solidários com a atitude de rompimento das relações com as potências do Eixo dos países americanos traçada na Conferência dos Chanceleres. A nota conclui explicitando que todos os portugueses que estiverem de acordo com a declaração feita pela reunião dos líderes americanos deverão dirigir-se pelos Correios à secretaria do Palácio do Catete, espontaneamente. A declaração seguiria o seguinte modelo: “Eu, português, fulano de tal, exercendo tal profissão, estou desde já incondicionalmente ao serviço do Brasil”<sup>57</sup>.

Esses aparatos constituíram a passagem de um país que até então tinha se mostrado neutro à guerra na Europa e que a partir de agora tomara uma posição no conflito mundial, apoiando os estados ditos democráticos. Todos os alertas e indicações de segurança pregadas pelo governo através dos jornais e rádio durante o ano deveriam ser postas em prática. Em 22 de agosto de 1942, começa para o Brasil, oficialmente, a Segunda Guerra Mundial para uma sociedade que havia sido previamente *preparada* para participar da guerra.

A juventude brasileira, em nome dos reservistas, foi convocada para ajudar o país dentro do esforço de guerra. Muitos foram pegos de surpresa. Isto demonstra que a propaganda não atingiu a todos, mesmo quando alertou sobre os perigos da guerra. A historiadora Maria Helena Capelato nos permite constatar que a utilização dos meios de comunicação como propaganda política

(...) apesar da enorme importância desses veículos para divulgação das mensagens políticas, não se pode exagerar sua importância no que se refere ao

controle das consciências. As teses que insistem na onipotência da propaganda política não levam em conta o fato de que ela só reforça tendências já existentes na sociedade e que a eficácia de sua atuação depende da capacidade de captar e explorar os anseios e interesses predominantes num dado momento. Cabe lembrar que mesmo os regimes que levaram esse controle ao extremo não conseguiram atingir o objetivo de formar a “opinião única”. Tal constatação não implica menosprezo da importância da propaganda política: mesmo sem obter adesão unânime, ela foi um dos pilares de sustentação do poder.<sup>58</sup>

Isso nos ajuda a reafirmar a tese de que a propaganda estimula sentidos pré-existentes, e a quem a propaganda não toca é a quem seus signos não trazem significados. A guerra começara e traria para o Brasil um clima de insegurança e incerteza do que seria da nação caso fôssemos atacados. A propaganda do Estado era sempre forte e relutante em dizer que o Brasil estava pronto para lutar conjuntamente com as democracias americanas, evitando, assim, tornar público toda fragilidade militar e bélica existente no país em caso de guerra.

Esse quadro de proximidade modificou o ânimo da população, que saiu em marcha exigindo a guerra. Impossibilitado de interromper todo o comércio marítimo (uma lei chegou a ser publicada), o que asfixiaria todo o norte do país, o Brasil – e Recife, em particular – não tem outra opção senão defender suas costas: soldados precariamente instalados nos fortes, aviões americanos e brasileiros circulando entre os portos mais distantes; dirigíveis americanos perto da costa. Era o Nordeste pronto para a guerra.

Apesar de todas as deficiências, a força da retaguarda conseguiu exercer grande papel no conflito do Atlântico Sul:

Dados sobre a participação brasileira na Batalha do Atlântico<sup>59</sup>:

– Sua primeira função era a proteção ao tráfico marítimo:

a) Navios escoltados: 2881

b) Extensão percorrida: 600.000 milhas (30 voltas ao mundo à altura do Equador)

– Ataques e destruição de submarinos:

a) Positivos (confirmados): 46

b) Duvidosos: 123

c) Afundamentos homologados: 18

– Recolhimento de Náufragos em Alto Mar: 654

– Patrulha Oceânica:

a) Duração: 12 -> 14 dias

b) Em 24 h, batiam-se (percorriam-se) áreas de 700 ou 200 milhas

– Mortos: 946

– Navios afundados: 34

A Segunda Guerra Mundial foi um evento marcante para todos os povos que participaram dela, e o Brasil não era exceção. É premente, então, resgatar esse momento na história do Recife, cidade que, como já afirmamos, exerceu um importante papel no teatro de operações do conflito. Modris Ekteins no seu livro *A Sagração da Primavera* elabora a ideia que nos serve para perceber o Recife dessa época. A noção de “Espírito de uma era” nos remete a ideia de que a guerra não é apenas uma luta para angariar território, a guerra pode ser vista como uma luta de afirmação das nações através da cultura. É a sociedade e a cultura produzida num determinado contexto histórico que explicam as motivações desses conflitos beligerantes. A guerra para Modris deve ser entendida como a produção das contradições e afirmações culturais das nações. Isso nos remete ao Recife quando percebemos que os jovens participarão ativamente das manifestações pedindo a guerra porque estão imbuídos desse “Espírito de uma era”. Eles estão aptos a absorver um discurso de nacionalidade de defesa da sua cultura, da sua nação e pátria.

Em Recife o movimento aumentava cada vez mais. Era a sede dos grandes comandos pela segurança do nordeste e do Atlântico Sul. Os ataques de agosto trouxeram preocupações de toda ordem. Ficou clara a constatação de um desparado inquietante.<sup>60</sup>

A cidade do Recife começou a ser vista e a se ver numa lógica nacional de defesa. Uma cidade dentre tantas outras da costa agora se torna ponto fundamental de apoio ao Estado de Beligerância e se vê ligada à

insegurança trazida pela ameaça da guerra. Por outro lado, a guerra modificou as práticas cotidianas dos cidadãos recifenses trazendo se não *uma guerra sem guerra*, uma *guerra como metáfora*.



CPDOC/FGV – Fundo particular – Agamenon Magalhães – Fotograma 708 – AGM – 42.12.00.



Curso Intensivo Privado Contra Incêndios, Quartel de Bombeiros. 24/05/1943. Fundos Diversos. Apeje.

## REFERÊNCIAS

- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Propaganda Política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999.
- CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 2000.
- DURANDIN, Guy. *As mentiras na propaganda e na publicidade*. São Paulo. Ed. JSN. 1997.
- FILHO, Andrade Lima. *China Gordo: Agamenon Magalhães e sua época*. Recife. Editora Universitária 1976.
- GOEBBELS, Joseph. *Diário (1942-1943)*. Rio de Janeiro. Editora A Noite. s/d.
- GOMINHO, Zélia de O. *Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (década de 30 e 40)*. Recife. Cepe. 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso*. São Paulo. Pontes.
- PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004.
- RIVAS, Leda Maria R. C. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito visto por um Jornal de Província*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE/CFCH, 1988.

SIQUEIRA, Deocécio L. de. *Fronteiras: A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha*. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, s/d.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulheres uniformizadas: o estilo das voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea na Segunda Guerra Mundial*. Maringá. Universidade Federal de Maringá.

SOUZA NETO, José Maria. *Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo Pernambucano*. Recife. Tese Doutorado. UFPE/CFCH. 2000.

---

<sup>1</sup> SOUZA NETO, José Maria. *Sonhos de Nabucodonosor: aspectos da propaganda do Estado Novo Pernambucano*. Recife. Tese Doutorado. UFPE/CFCH. 2000. p. 272.

<sup>2</sup> FILHO, Andrade Lima. *China Gordo: Agamenon Magalhães e sua época*. Recife. Editora Universitária 1976. p. 42.

<sup>3</sup> RIVAS, Leda Maria R. C. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial – O Conflito visto por um Jornal de Província*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE/CFCH, 1988. p. 338.

<sup>4</sup> CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora. 2000. p. 27.

<sup>5</sup> SIQUEIRA, Deocécio L. de. *Fronteiras: A Patrulha Aérea e o Adeus do Arco e Flecha*. Rio de Janeiro: Revista Aeronáutica Editora, s/d, p. 85.

<sup>6</sup> O Rainbow I [como era chamado pelos americanos] “previa a proteção de todo território dos Estados Unidos (mas não reforço para as Filipinas) e para o restante do Hemisfério Ocidental ao norte da latitude de 10º meridiano sul, uma linha que parte a América do Sul logo abaixo dos salientes peruano e brasileiro. (...) o Rainbow I presumia que as democracias da Europa e da América Latina ficariam neutras, e que somente as forças dos Estados Unidos estariam disponíveis para resistir a um ataque”. CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. op cit. p.31.

<sup>7</sup> Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Incaer, 1990, p. 379. destaque nosso.

<sup>8</sup> “A ameaça era tão evidente que o próprio Churchill, com sua Inglaterra em apuros, decidiu desviar forças para conter o Eixo naquele setor. [o norte da África, para barrar a expansão do Eixo] (...) Havia também outro ponto a considerar. O Nordeste brasileiro é um saliente por onde passam as linhas de navegação marítima unindo as Américas do Norte e do Sul. (...) Era imperativo se preparar o Norte e Nordeste para eventuais situações ameaçadoras”. SIQUEIRA, Deocécio L. de, op cit, p. 88/89.

<sup>9</sup> RIOS, Leda Maria R., op cit. p. 261.

<sup>10</sup> Arquivos do Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> Este documento encontra-se no Arquivo do Museu Aéreo Espacial do Rio de Janeiro. O historiador Antonio Pedro Tota nos fala que o processo de americanização da sociedade brasileira quebrou as possíveis resistências à aproximação política entre os Estados Unidos e o Brasil. “A política da Boa Vizinhança de Roosevelt era o instrumento, de amplo espectro, para a execução do plano de americanização. A sintonia fina da operação ficou a cargo, como veremos, de uma verdadeira ‘fábrica de ideologias’, criada pelo governo americano nessa conjuntura mundial”. TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p.19. O documento discutido acima no texto, nos mostra que em alguns momentos a relação entre brasileiros e norte-americanos foi marcada por uma tensão, principalmente no que tange o âmbito das questões militares. Outro exemplo também nos é dado por Tota mostrando que “mesmo com todo o esforço de forjar uma imagem mais simpática dos americanos, manifestações de arrogância eram, às vezes, inevitáveis. O aclamado Orson Welles, teve em algumas ocasiões, comportamento pouco recomendável. O episódio mais conhecido foi quando, completamente embriagado, jogou pela janela os móveis do apartamento onde morava no Rio de Janeiro”. TOTA, Antonio Pedro. Op. cit. p.181.

<sup>12</sup> *Apud*. SIQUEIRA, Deocécio L. de, op cit. p. 107.

<sup>13</sup> United States Atlantic Fleet. Headquarters of the Commander Fourth Fleet. c/o Fleet Post Office, New York – NY. Secreto e pessoal. CPDOC/FGV – Arquivo Agamenon Magalhães. AGM c 1942-1944.00.00.14. 713.

<sup>14</sup> PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004. p. 24.

<sup>15</sup> GOMINHO, Zélia de O. *Venezuela Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (década de 30 e 40)*. Recife. Cepe. 1998. p. 162.

<sup>16</sup> Fundo de Interventoria, Correspondência Expedida. Apeje.

<sup>17</sup> *Folha da Manhã*, 06/VII/43. Apeje.

<sup>18</sup> Há um debate muito constante sobre a importância do Nordeste para a defesa do Brasil durante a Segunda Guerra. Cabe aqui ressaltar que não é nosso objetivo tratar o Recife como a porta de entrada do Brasil no conflito, mas sim localizá-lo dentro de sua importância histórica para uma melhor compreensão do que significou e significa esse período para o Brasil.

<sup>19</sup> Fazemos alusão aqui ao *Diário de Goebbels* reunido por Louis P. Lonchner. O diário foi organizado sob sua responsabilidade e publicado em 1948. Vale salientar que essa documentação pessoal de Goebbels foi encontrada no bunker semidestruído dos nazistas.

<sup>20</sup> Fundo Interventoria, Correspondência Expedida. Apeje.

<sup>21</sup> SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulheres uniformizadas: o estilo das voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea na Segunda Guerra Mundial*. Maringá. Universidade Federal de Maringá. p. 05.

- <sup>22</sup> PEREIRA, Orozimbo Martins. *Alerta! Catecismo da Defesa Passiva Civil Antiaérea*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1942. p.VII.
- <sup>23</sup> Idem, p. 02.
- <sup>24</sup> Idem, p. 13.
- <sup>25</sup> Uma das características do discurso governamental no período do Estado Novo era mostrar o caráter pacífico e cordial da nação brasileira, utilizando o que a teórica Eni Orlandi intitulou de *interdiscurso*, o Estado Nacional recria uma história heroica do Brasil mostrando que o país em sua trajetória histórica utilizou o ataque como uma forma de defesa contra a dominação externa. Sobre o interdiscurso ver: ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso*. São Paulo. Pontes. 2005. Sobre a forma de como o discurso do Estado Novo utilizou a história dando ênfase a um passado de resistência glorioso, ver: A Hora do Brasil. 7 de Setembro de 1942. Discurso do Presidente Getúlio Vargas. CPDOC/FGV Disco 025 FR07:LA FC05LB 464-485.
- <sup>26</sup> PEREIRA, Orozimbo Martins. Op. Cit. p. 18.
- <sup>27</sup> Perigo. *Folha da manhã* 12-02-42 p. 03. Matutina.
- <sup>28</sup> ORLANDI, Eni. *As Formas do Silêncio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1992. p. 89/90. Trata-se mesmo de entender o interdiscurso como a condição de o discurso existir. Mas isso não pode ser visto sem se pensar numa memória discursiva. Logo, ele é não apenas lugar importante para conceber sentido, mas principalmente para que o discurso exista. A memória discursiva é o povo e suas memórias recepcionando o discurso em função de um dado contexto e situação social, econômica e cultural, do qual a propaganda se torna possível nos campos do dizer e ouvir. Ver: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo. Contexto. 2006. Verbetes: Interdiscurso e Memória Discursiva.
- <sup>29</sup> PEREIRA, Orozimbo Martins. Op. Cit. p. 58.
- <sup>30</sup> Entrevista com Haroldo Praça. Acervo Particular Karl Schurster Leão. Min. 26.10.
- <sup>31</sup> Ver: *Folha da Manhã*. 17/III/42. p. 01. Ed. Matutina. Apeje.
- <sup>32</sup> Um ponto ainda a ser estudado em Pernambuco é a participação da mulher no exercício de Defesa Passiva Antiaérea. No exercício do *black-outs* do Rio de Janeiro, por exemplo, as mulheres da Legião Brasileira de Assistência, foram protagonistas. Enquanto durava o *black-outs* as voluntárias circulavam pelas ruas, pedindo aos moradores o apagamento das luzes das casas e vistoriavam os espaços para garantir o sucesso da prática. Ver SIMILI, Ivana Guilherme. Op. Cit. p. 10.
- <sup>33</sup> Diversos Fundos, Apeje. O Fundo de Defesa Passiva de Pernambuco também utilizava os elementos propostos pelo livro do Coronel Orozimbo Martins Pereira. Ver Bibliografia.
- <sup>34</sup> Ver: DURANDIN, Guy. *As mentiras na propaganda e na publicidade*. São Paulo. Ed. JSN. 1997.
- <sup>35</sup> Que não são tão infundados assim: em seu livro O Nordeste na Segunda Guerra Mundial – Antecedentes e Ocupação, o General Paulo Duarte dedica um capítulo aos “Praianos e Pescadores na Vigilância do Litoral”, instruindo-os para não serem enganados por inimigos disfarçados.
- <sup>36</sup> SIQUEIRA, Deoclécio L. de, *op cit*, p.122.
- <sup>37</sup> MAGALHÃES, Agamenon. *Perigo!* Folha da Manhã. 12/03/1942. p. 03 Ed. Matutina.
- <sup>38</sup> Folha da Manhã. Torpedeado e Afundado o *Tamandaré*. 31/08/1942. p. 01/05 Ed. Matutina.
- <sup>39</sup> Diário de Pernambuco. Posto a pique o *Buarque*. Submarino alemão atingiu de surpresa o navio brasileiro. 19/02/1942. p.01.
- <sup>40</sup> GOEBBELS, Joseph. *Diário (1942-1943)*. Rio de Janeiro. Editora A Noite. s/d. p.140.
- <sup>41</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Vol VI. Rio de Janeiro. José Olimpio. 1963.p.2314.
- <sup>42</sup> Folha da Manhã Matutina. Torpedeado e afundado o *Tamandaré*. 31-08-42 p. 01 cont 05. Ed. Matutina.
- <sup>43</sup> Ver: Bárbara Tuchumam. *A Torre do Orgulho*. A Europa antes da primeira guerra mundial.
- <sup>44</sup> Folha da Manhã 20-08-42 matutina p. 01 cont 05.
- <sup>45</sup> CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo. Companhia das Letras. 2005. p.19.
- <sup>46</sup> Conceito cunhado por Elias Canetti para identificar o momento em que os indivíduos são transformados em massa, esquecendo suas separações e sentindo-se iguais pela aproximação trazida pela conjuntura. Ver: CANETTI, Elias. Op. Cit. p.16/17.
- <sup>47</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. p.160.
- <sup>48</sup> GONÇALVES, Henrique. Diplomata. Gênero: Samba. Gravadora: Odeon. Disponível em: [http://www.anvfeb.com.br/musicas\\_da\\_feb.htm](http://www.anvfeb.com.br/musicas_da_feb.htm) Acessado em: 02/09/07 às 12:25.
- <sup>49</sup> MAGALHÃES, Agamenon. *A Definição Brasileira*. Folha da Manhã. 04/01/1942. p. 03. Ed. Matutina.
- <sup>50</sup> PINHEIRO, Letícia. Op. Cit. p.07.
- <sup>51</sup> Folha da Manhã. *Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva*. 16/01/1942. p. 07. Ed. Matutina.
- <sup>52</sup> Idem, p. 07.
- <sup>53</sup> Folha da Manhã. *Rompimento do Brasil com o Eixo*. 29/01/42. p. 07. Ed. Matutina.
- <sup>54</sup> Folha da Manhã. Devemos estar preparados para qualquer eventualidade. 12/04/42. p. 01/05 Ed. Matutina.
- <sup>55</sup> Idem, p.01/05.
- <sup>56</sup> Diário de Pernambuco. A Conferência do Rio. Fala de Lindolfo Collor no Diário de Pernambuco no encerramento da Conferência dos Chanceleres. 16/01/1942. p. 04.
- <sup>57</sup> Diário de Pernambuco. *O Brasil rompe com o Eixo*. 29/01/1942. p. 01.
- <sup>58</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. Cit. p. 178/179.
- <sup>59</sup> Mural da associação de Ex-Combatentes do Recife.
- <sup>60</sup> SIQUEIRA, Deoclécio L. de, *op cit*, p. 187.